

Enfam elege prioridades para o biênio 2010/2011

Maria José Lopes Leite



Magistrados federais participam do curso de administração judiciária, em São Paulo: alcance da meta 8 figura entre as prioridades da Enfam para este ano

A Enfam será fundamental para o alcance da meta 8 do Judiciário. Parcerias firmadas pela Escola pretendem viabilizar o objetivo, que consiste em capacitar, até o fim do ano, metade dos juízes do país em administração judiciária. Essa é uma das prioridades da instituição para 2010, mas há outras. Em entrevista ao Boletim da Enfam, o novo diretor-geral da Escola, ministro Felix Fischer, fala sobre elas. Recém eleito para o biênio 2010/11, Fischer afirma que trabalhará para fazer com que a Escola cumpra seu papel constitucional de órgão central e diretivo do processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Ele acentua a importância do fortalecimento das escolas da magistratura do país, instituições que aponta como parceiras fundamentais para o alcance dos demais objetivos definidos pela Enfam.



Administração Judiciária

Enfam firma acordos para viabilizar alcance da meta 8, que prevê capacitar metade dos juízes do país até dezembro



Ensino de qualidade

Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) é contemplada com a primeira edição do Prêmio Selo Enfam



Despedida

Ministro Fernando Gonçalves deixa a direção-geral da Enfam após quase quarenta anos de dedicação à magistratura

“Enfam deve ser protagonista na concepção de um novo Judiciário”

O ministro Felix Fischer foi eleito por aclamação pelos seus colegas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o cargo de diretor-geral da Enfam. Ele comandará a Escola nos próximos dois anos, juntamente com o ministro Aldir Passarinho Jr., também do STJ, que assumiu a função de vice-diretor.

Formado em economia e direito, ex-integrante da carreira do Ministério Público do Paraná, professor de direito penal e processual penal, Felix Fischer integra atualmente, no STJ, os colegiados da Quinta Turma, da Terceira Seção e da Corte Especial.

Em entrevista ao Boletim da Enfam, o novo diretor-geral fala das prioridades de sua administração. O ministro afirma que pretende dinamizar as ações da Escola, auxiliando-a a cumprir, de maneira efetiva, o papel a ela conferido pela Constituição Federal. “Por sua natureza constitucional, a Enfam é uma instituição destinada a desempenhar efetivo protagonismo na formulação de uma nova concepção do Judiciário brasileiro”, diz.

Fischer ressalta sua disposição de consolidar a Enfam, no âmbito do Poder Judiciário, como órgão central e diretivo do processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Entretanto, faz questão de frisar que esse objetivo deve ser conquistado com a parceria e o fortalecimento das escolas da magistratura de todo o país.

Segundo ele, ações de trabalho coordenadas com as escolas da magistratura vinculadas aos TRFs e aos tribunais de justiça estaduais permitirão aos juízes aprofundar seus conhecimentos teóricos e desenvolver uma atividade prática cada vez mais eficiente em benefício dos jurisdicionados.



Ministro do STJ, Felix Fischer dirigirá a Enfam nos próximos dois anos com o compromisso de melhorar a qualidade da formação e do aperfeiçoamento dos magistrados

Em linhas gerais, quais serão as prioridades da Enfam no biênio de sua gestão?

Primeiramente, consolidar a Enfam no âmbito do Judiciário como órgão central e diretivo do processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Faremos isso sem descuidar do fortalecimento do papel institucional das escolas da magistratura. Em segundo lugar, queremos assegurar que os magistrados estejam em permanente formação multidisciplinar, pragmática e humanística, bem como contribuir para que todas as escolas da magistratura tenham padronização mínima nos conteúdos de seus cursos. As resoluções da Enfam terão que ser atendidas, mas serão respeitadas as peculiaridades e necessidades de cada região.

Para este ano, quais serão as principais ações da Escola?

Para alcançar os objetivos mencionados, a Enfam irá realizar

uma série de iniciativas, entre as quais podemos enumerar:

- cursos de gestão do Judiciário, em parceria com as escolas da magistratura estaduais e federais, para dar cumprimento às metas 5 e 8 do CNJ;

- mais três edições do curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas;

- cursos presenciais relativos às disciplinas que conformam os conteúdos mínimos exigidos pela Enfam. Nesse campo, já estão previstos os cursos de filosofia jurídica, sociologia jurídica, impactos econômicos das decisões judiciais, elaboração de decisões e sentenças e relações interinstitucionais e interpessoais;

- cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD) relativos a todas as disciplinas que conformam os conteúdos mínimos propostos



Magistrados participam do curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas em Belo Horizonte (MG): previsão de mais três edições em 2010

pela Enfam. Além das anteriormente citadas, é preciso incluir metodologia de estudo de caso, deontologia e ética dos magistrados e capacitação em recursos da informação, entre outros. Nós vamos publicar, por meio da Coleção Selo Enfam, todos os 17 títulos referentes a essas disciplinas.

Quais outras ações o senhor poderia citar?

A Enfam também irá participar, como já vem fazendo ativamente, das reuniões do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem), fórum político de atuação conjunta das escolas. Pretende ainda continuar a se fazer presente nas reuniões da Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais, colegiado regional que busca definir padrões de qualidade para as escolas judiciais dos países que o integram.

A Enfam firmou recentemente um acordo com o CNJ para auxiliar o Conselho no cumprimento da Meta 8 do Judiciário. Como a Escola pretende viabilizar esse trabalho?

O conteúdo dos cursos de administração judiciária já está definido e formatado, abrangendo o

“
A Enfam não veio para assenhorar-se de todas as prerrogativas concernentes à formação e aperfeiçoamento da magistratura. Veio, sim, ajudar as escolas estaduais e federais a melhor desempenhar esse mister
”

que existe de mais moderno sobre o tema, que envolve gestão cartorária, de pessoas e orçamentário-financeira. Entretanto, em vista da magnitude dessa meta (capacitar, em administração judiciária, 50% da magistratura nacional até o final do ano), sua consecução só se tornará viável com o apoio e a parceria das escolas estaduais e federais da magistratura, visto que serão treinados magistrados de todo o país. Nesse sentido, a Enfam está procedendo a um detalhado levantamento acerca das necessidades e da estrutura de todas as escolas para a transmissão do conteúdo por meio da metodologia de EaD, modalidade essa que irá responder por mais de 85% da meta.

O projeto nacional de formação judicial visa valorizar e fortalecer o papel das escolas da magistratura. O que será feito pela Enfam para concluir a implementação desse projeto?

Por sua natureza constitucional, a Enfam é uma instituição destinada a desempenhar efetivo protagonismo na formulação de uma nova concepção do Judiciário brasileiro. Entretanto, que fique claro, a Escola não veio para assenhorar-se de todas as prerrogativas concernentes à formação e aperfeiçoamento da magistratura. Veio, sim, ajudar as escolas estaduais e federais a melhor desempenhar esse mister.

O que os juízes de todo o país podem esperar da gestão do senhor à frente da Enfam?

Pretendo buscar caminhos para que os magistrados possam aprofundar ainda mais os seus conhecimentos teóricos e também desenvolver uma atividade prática cada vez mais eficiente, mediante ações de trabalho coordenadas com as escolas da magistratura locais. Tudo isso de modo a fazer chegar a todos os magistrados, desde os rincões mais longínquos até aqueles lotados nas grandes capitais, as propostas de capacitação e aperfeiçoamento para o exercício da função judicante. ■